

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Avante!

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS!



« Nas condições existentes em Portugal, sob a ditadura fascista, a etapa actual da revolução é uma revolução democrática e nacional.

Democrática. — porque acabará com a tirania fascista, instaurará a liberdade política, porá termo ao domínio da oligarquia financeira, defenderá os interesses populares, realizará uma série de profundas reformas que beneficiarão a maioria esmagadora da população portuguesa.

Nacional. — porque, acabando com o domínio imperialista sobre Portugal e o domínio colonialista de Portugal sobre outros povos, assegurará a soberania, a integridade territorial e a verdadeira independência do país.

(do Programa do PCP)

REUNIÃO DO COMITÉ CENTRAL

Comunicado

No mês de Maio de 1972, realizou-se uma reunião do Comité Central do Partido Comunista Português. O Comité Central examinou a situação política e definiu as tarefas imediatas do Partido. Foi aprovado um documento intitulado «Tarefas fundamentais na situação política actual» e um apelo intitulado «Contra a política fascista, uma ampla frente de luta». O Comité Central examinou também, tomando as medidas correspondentes, os problemas da defesa do Partido, a política de quadros, o trabalho de organização e a composição dos organismos de direcção.

O Comité Central deu um balanço às comemorações do 50º aniversário do PCP salientando a sua importância para o reforço da unidade ideológica e da acção do Partido.

Foram aprovadas uma saudação aos comunistas presos e mensagens de solidariedade ao Partido dos Trabalhadores do Vietnã e à Frente Nacional de Libertação do Vietnã do Sul.

Maio de 1972

O Comité Central
do Partido Comunista Português

TAREFAS FUNDAMENTAIS DA SITUAÇÃO POLÍTICA ACTUAL

Dois traços essenciais caracterizam a situação política:

O primeiro: A crise do regime fascista continua a aprofundar-se. O governo de Marcelo Caetano, não conseguiu resolver nenhum dos grandes problemas nacionais, nem fazer sair o regime das condições e dificuldades em que se debate. Em vez da «liberalização», acentua-se e generaliza-se a repressão. Em vez do desenvolvimento e da prosperidade, agravam-se as dificuldades da economia e a situação das classes laboriosas. Em vez da paz, aprofunda-se o abismo das guerras coloniais. Em vez do alargamento das bases do regime, reduz-se a sua base social, agudizam-se os seus conflitos internos e acentua-se o seu isolamento social e político.

O segundo: A luta popular continua a desenvolver-se. O governo procurou paralisá-la com a demagogia: o povo voltou esta contra o fascismo. O governo procurou paralisá-la com a repressão; apesar dos golpes sofridos, as massas populares lançam-se à luta, em frentes de resistência e de combate à política fascista cada vez mais amplas. Entram na batalha novas forças e novas camadas da população. Reforça-se na acção a unidade antifascista e popular.

A manifestação de mais de 40.000 pessoas no Porto, em 15 de Abril, contra a carestia de vida, constituiu uma extraordinária afirmação do profundo descontentamento, da combatividade, da força potencial das massas populares e da influência e papel de vanguarda do Partido Comunista Português.

Numa situação internacional que evolui de forma favorável às forças do socialismo, da democracia e da independência nacional, a situação política portuguesa anuncia também perspectivas favoráveis às forças antifascistas. Amadurecem as condições para novas grandes lutas contra a ditadura fascista, contra a política de fome, de guerra colonial, de repressão, de submissão ao imperialismo, abrindo caminho às batalhas decisivas para a conquista da liberdade, da paz e da verdadeira independência nacional.

1

SITUAÇÃO INTERNACIONAL

1. A política agressiva do imperialismo

A situação internacional caracteriza-se, no fundamental, pelo aprofundamento da crise geral do capitalismo, pelos sucessos do sistema socialista, do movimento operário e do movimento de libertação nacional, pela evolução da correlação mundial de forças a favor do socialismo, da paz, da independência dos povos.

O APROFUNDAMENTO DA CRISE GERAL DO CAPITALISMO põe em evidência as contradições insanáveis do capitalismo e tem como traços mais salientes a agudização dos conflitos de classe, a recessão industrial em alguns dos principais países imperialistas (baixa de 4% nos E.U.A. em 1971) e a quebra do ritmo de desenvolvimento noutros, o aumento do desemprego, o nível elevado de inflação, a crise do sistema monetário, a

desvalorização do dólar e o agravamento da concorrência internacional.

O imperialismo continua, entretanto, a ser uma força poderosa, conserva a sua natureza agressiva, desencadeia guerras locais, organiza golpes contra-revolucionários, apoia regimes reaccionários, recorre a todos os meios para procurar conter as forças do progresso social.

No VIETNAM, a escalada da criminosa agressão dos Estados Unidos mostra o fracasso da vietnamização do conflito, a força crescente e invencível do povo vietnamita, apoiado pela URSS, outros países socialistas, o movimento operário, todas as forças progressistas do mundo, incluindo as dos Estados Unidos. O PCP, os trabalhadores portugueses, o movimento democrático estão firmemente ao lado do heróico povo vietnamita, do qual são activamente solidários.

Na EUROPA, o imperialismo procura manter um clima de tensão e de guerra fria, tenta sabotar a realização da Conferência dos Estados para a Segurança Europeia, procura fazer do Mercado Comum, alargado à Grã-Bretanha (tendo por detrás os Estados Unidos) um suporte económico e político dum OTAN relançada no anti-sovietismo, apoia os regimes fascistas em Portugal, Espanha e Grécia e incentiva o surto do neofascismo.

No MÉDIO ORIENTE, não desiste de pretender sufocar a justa luta dos povos árabes. A instalação de uma base na Grécia dos colonéis e os ultimatos e ameaças contra a independência do Chipre agravam a tensão e os perigos na região. Na AMÉRICA LATINA, apoia e incita ditaduras mais reaccionárias, intervem e conspira para derrubar governos anti-imperialistas, como o comprova o golpe na Bolívia, conspira contra o governo de unidade popular no Chile. Em ÁFRICA, mantém guerras coloniais contra povos em luta pela independência, fomenta golpes de estado e agressões, emprende a revanche neocolonialista sob a capa humanitária do «auxílio aos países subdesenvolvidos».

A estratégia agressiva do imperialismo, tendo à sua frente os Estados Unidos, continua a ter como alvo fundamental a União Soviética, baluarte principal do sistema socialista e de todas as forças revolucionárias. Ao mesmo tempo que se activam as forças ultra-reaccionárias nos países capitalistas, o imperialismo desenvolve uma única demagogia e conduz intensa campanha de diversão ideológica e política, visando cavar a divisão no campo socialista e entre as forças revolucionárias, para o que explota em especial as posições anti-soviéticas e ambição de grande potência dos dirigentes da China.

O imperialismo tem ainda força bastante para alcançar êxitos locais e temporários. Não consegue, entretanto, nem superar as suas contradições internas, nem impedir o desenvolvimento do processo revolucionário.

2. As grandes forças revolucionárias

As três grandes forças revolucionárias do mundo contemporâneo (o sistema socialista, a classe operária dos países capitalistas e o movimento de libertação nacional) registam novas e importantes vitórias.

Prossegue com êxito a construção das bases técnicas e materiais do comunismo na URSS e a construção da sociedade socialista nos outros países socialistas. Em 1971, a produção industrial dos países membros do Conselho de Ajuda Mútua Económica (Comecom) aumentou 8% em contraste com quebras nas taxas de desenvolvimento dos países capitalistas. Grande significado para o desenvolvimento do socialismo assume a adopção do Programa Complexo de Integração Económica dos países do Comecom. Consolida-se e alarga-se a cooperação dos países socialistas, a sua influência e as suas posições internacionais. O apoio e a ajuda da URSS e outros países socialistas está presente onde quer que os povos lutam con-



tra o imperialismo.

O ascenso da luta de classe antimonopolista dos trabalhadores, encontra expressão notável em grandiosas greves operárias.

O povo do Vietnam, assim como os do Laos e do Camboja, fazem frente com êxito à bárbara guerra que lhes move o imperialismo norte-americano. A conquista da independência pelo Bangla-Desh contra o domínio sangrento da camarilha militar do Paquistão Ocidental, apoiada pelos Estados Unidos e pela China, constitui uma nova grande vitória do movimento de libertação nacional no continente asiático. Os povos árabes fazem frente à agressão e às tentativas de subversão, divisão e penetração neocolonialista do imperialismo. Tem profundo significado e importante papel na evolução mundial o facto de que jovens Estados no Médio Oriente, bem como na África e na Ásia, seguem o caminho de um desenvolvimento nacional independente e de progresso social. Na América Latina, a luta anti-imperialista, poderosamente estimulada pela vitória da revolução cubana, dá novos grandes passos com o governo de Unidade Popular no Chile e com o prosseguimento de uma política de independência nacional pelo governo militar do Perú. Na Europa, pela consequente política da URSS e outros países socialistas e pela luta dos povos, deram-se passos sérios no sentido do desanuviamento e da paz, em especial com a conclusão e ratificação dos Tratados entre a RFA e a URSS e a Polónia, e abre-se caminho à Conferência dos Estados Europeus e à criação de um sistema de segurança. A política de coexistência pacífica afirma-se como um importante factor de novos êxitos na luta contra a política de agressão e dominação imperialista.

Embora irregular, o processo revolucionário desenvolve-se e o imperialismo é incapaz de o sustentar. Unindo mais firmemente numa única frente a acção das três grandes forças revolucionárias do mundo contemporâneo, novas vitórias sobre o imperialismo estão ao alcance dos povos.

3. A luta do povo português e a luta anti-imperialista mundial

A EVOLUÇÃO INTERNACIONAL TENDE A REDUZIR OS APOIOS INTERNACIONAIS DO RÉGIME FASCISTA E A ALARGAR E REFORÇAR A SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL PARA COM O POVO PORTUGUÊS.

O fascismo e colonialismo português tem ainda importantes bases de apoio internacional nos grandes países imperialistas, na OTAN, na política de rancho neocolonialista, na África do Sul e na Rodésia, nas ditaduras da Espanha e do Brasil.

Em contrapartida, o agravamento das contradicções do capitalismo, os êxitos do sistema socialista, a derrocada do sistema colonial e a crescente influência internacional dos países libertados, a ampliação das forças internacionais do socialismo, da democracia e da paz, criam dificuldades crescentes às classes dominantes portuguesas para prosseguirem a sua política fascista e colonialista e ALARGAM AS FORÇAS SOLIDARIAS DA LUTA DO POVO PORTUGUÊS E DOS POVOS DAS COLÓNIAS PORTUGUESAS.

O regime fascista português torna-se cada vez mais vulnerável no plano internacional. As forças democráticas portuguesas têm de aproveitar, com iniciativa e tenacidade, esta evolução e as conjunturas internacionais favoráveis, para reduzir e dificultar os apoios ao fascismo e ao colonialismo, para beneficiar dos sucessos do sistema socialista e de todas as forças anti-imperialistas.

Numa época em que se acentua rapidamente a internacionalização da vida económica, política e espiritual, é uma perigosa tendência para a sorte de um movimento revolucionário fechar-se na estreiteza nacional, desprezando os factores internacionais. A luta do povo português pela democracia e a verdadeira independência nacional está interligada com a luta anti-imperialista mundial.

As forças antifascistas portuguesas têm, por um lado, de actuar decididamente a sua solidariedade, não só aos povos das colónias portuguesas, como ao povo vietnamita e outros povos da Indochina, a todos os povos vítimas da agressão e de regimes fascistas e reaccionários. Têm de intensificar as relações com os países socialistas, os estados progressistas, com todas as forças revolucionárias, democráticas e pacíficas do mundo. Têm de participar mais activamente nas acções e iniciativas internacionais de carácter progressista, na luta pela paz e na luta pela segurança europeia.

Têm por outro lado, de definir uma linha de acção internacional, de actuar decididamente a informação da opinião pública mundial acerca da situação portuguesa e de trabalhar tenazmente para dificultar a política externa do governo fascista e para alcançar uma solidariedade mais ampla, mais activa, mais pronta e mais eficiente à luta do povo português.

II

A POLÍTICA FASCISTA

1. A demagogia « liberalizante »

O termo e o fracasso da grande manobra « liberalizante » lançada por Marcelo Caetano em 1968 marcaram na vida política portuguesa o ano de 1971.

Os acontecimentos desmentiram tanto as promessas do governo como as apreciações de oportunistas de direita e de « esquerda » que acreditaram no início de um real processo de « liberalização », « democratização » e mesmo « descolonização » por iniciativa dum pretensu capital « progressista », de que M. Caetano seria o representante. Os acontecimentos comprovaram a análise da situação, as

previsões, a orientação táctica e as consignas de luta do Partido Comunista Português.

A demagogia « liberalizante », provocando embora algumas ilusões em sectores mais vacilantes, foi desmascarada e não alcançou os objectivos fundamentais que se propunha. Não alargou as bases de apoio interno do regime, que está a pagar, com o agravamento de dissidências internas, o colaboracionismo de elementos marginais. Não alargou as bases de apoio internacional, pois, ao mais directo apoio das grandes potências imperialistas, responde uma cada vez mais ampla condenação internacional do fascismo e do colonialismo português. Não dividiu a Oposição. Não isolou o PCP. Não paralisou a luta popular. A classe operária, as forças antifascistas, a juventude, voltando contra o governo a sua própria demagogia, passaram à ofensiva, desenvolveram amplas lutas de massas, fortaleceram a sua organização em variadas formas, reforçaram na acção a sua unidade, alcançaram sérios êxitos e conquistaram importantes posições.

A grande ofensiva da repressão lançada em 1971, o regresso à linguagem e aos métodos tradicionais do salazarismo, a promulgação de uma nova série de « reformas », estas agora anti-« liberalizantes » e mais abertamente repressivas (organização judiciária, decreto sobre as cooperativas, decreto sobre eleições sindicais), constituem claro atestado da derrota da demagogia « liberalizante » de M. Caetano.

Persistindo como persistem, as causas internas e externas que determinaram a demagogia « liberalizante », o regime voltará mais cedo ou mais tarde a utilizá-la e as forças democráticas devem estar atentas e prontas para confrontá-la e desmascarar novas formas que possa assumir, como eventualmente o reconhecimento espectacular dum « oposição » legal de dissidentes e colaboracionistas. Mas a característica particular do momento é que, terminada e fracassada a grande manobra, é a repressão directa e indirecta a direcção principal da política do governo na actualidade e no futuro próximo imediato.

2. A repressão

A repressão, nas suas várias formas, revelou-se de novo o instrumento fundamental do governo para impor a sua política antipopular e antinacional contra a vontade do povo português.

O governo lança uma séria ofensiva repressiva. Restringe cada vez mais as possibilidades de actividade e de organização legais da Oposição. Em todas as associações e outras organizações, procura impor o controlo fascista e impedir a gestão democrática. Proíbe reuniões e sessões, proíbe e sufoca actividades culturais. Injeta no despedimento de trabalhadores que lutam pelas suas reivindicações. Mobiliza militarmente os médicos. Por toda a parte, (contra os operários, contra os camponeses, contra os estudantes, etc.) faz intervir a PIDE-DGS e outras forças repressivas. Todas as direcções da ofensiva repressiva convergem para um alvo principal: O Partido Comunista Português, que o governo sabe ser a força de vanguarda, a principal força impulsora da luta popular antifascista.

Com a ofensiva repressiva de 1971 (a campanha de intimidação lançada com o pretexto da luta « contra o terrorismo », a vaga de prisões, a selvagem das torturas, os julgamentos e condenações, a aplicação de retrocessos de dirigentes clandestinos, a vaga de stops, buscas e rusgas), o governo pretendia atingir o PCP e diminuir a sua capacidade de acção, decapitando e paralisando ao mesmo tempo a luta popular nas principais frentes em que se desenvolveia: luta operária nas empresas, movimento sindical, sectores do movimento democrático, movimento estudantil, luta contra a guerra colonial.

A brutal repressão da manifestação do povo do Porto contra a carestia de vida em 15 de Abril, e das acções de estudantes de Lisboa em Maio, confirmou o propósito do ditadura de responder com a violência às reclamações populares. A aprovação formal pela Assembleia Nacional da competência do governo para declarar o « estado de sítio » e a declaração do « estado de subversão » em 18 de Novembro de 1971, a unificação da acção das forças repressivas por uma série de medidas de carácter orgânico, a intensificação dessa acção, quer através de stops e rusgas, quer nas chamadas operações de Defesa Civil (Espinho), mostram que o governo prepara os dispositivos para emprender uma vaga terrorista de grande envergadura, quando sentir mais ameaçada a sua existência.

Seria erro imperdoável considerar como um « bluff » estes preparativos. Mobilizando incessantemente as massas na luta contra a repressão, é para uma tal eventualidade que se têm de preparar as forças antifascistas, tomando para isso as medidas adequadas.

3. As guerras coloniais

As guerras coloniais, com as quais os colonialistas julgam ainda poder sufocar a ferro e fogo a luta libertadora dos povos de Angola, Moçambique, Guiné Bissau e Cabo Verde e manter a exploração e dominação coloniais, continuam a constituir um dos problemas centrais e mais graves da situação política portuguesa.

Seria errado não advertir que os colonialistas, ante uma evolução desfavorável dos acontecimentos, podem vir a preparar a longo prazo novas linhas de defesa e novas manobras demagógicas, buscar saídas políticas para a guerra, encerrar mesmo soluções neocolonialistas. O que, entretanto, caracteriza na actualidade a política do governo fascista é que ele joga ainda na carta dum vitória militar.

Com esse objectivo intensifica a guerra; promove actos de terrorismo contra o movimento de libertação, desencadeia a chamada « acção psicológica »; lança grandes empreendimentos (como Cabora Bassa), atraindo capitais estrangeiros e procurando vincular assim os outros países imperialistas à dominação portuguesa e às guerras coloniais; retoma e renova os planos de fixação de portugueses nas colónias; reforça a aliança e a cooperação em todos os domínios,

aneluindo o militar, como o governo racista da África do Sul, assim como com a Rodésia; prossegue, de concerto com o revanchismo neocolonialista das grandes potências imperialistas, uma política de intriga, subversão, provocação e agressão contra estados vizinhos das colónias portuguesas (de que foi testemunho a agressão contra a República Democrática da Guiné em 22 de Novembro de 1970) com vistas a liquidar regimes progressistas e anti-imperialistas e a apunhalar pelas costas os movimentos de libertação das colónias portuguesas.

Apesar porém de todo esse vasto esforço, a situação dos fascistas e colonialistas no plano militar, económico, diplomático, revela-se cada vez com mais clareza como um beco sem saída.

A guerra colonial é um bárbaro crime tanto contra os povos que lutam pela libertação da secular escravidão colonialista, como contra o povo português e a juventude portuguesa. Significa a perda de milhares de vidas, o agravamento da exploração dos trabalhadores, a inflação, a alta do custo de vida, a submissão crescente de Portugal ao imperialismo estrangeiro, ao qual o governo faz concessões crescentes a fim de obter a sua multiforme ajuda.

Não há que contar, a curto ou a médio prazo, que os fascistas, por sua vontade, operem uma viragem na política colonial. Será a luta do povo português e dos povos das colónias portuguesas, apoiados pela solidariedade internacional, que acabará por impôr o fim da guerra colonial e o reconhecimento do direito dos povos à completa e imediata independência.

4. Grave situação económica

A grave situação económica e as perspectivas sombrias da economia portuguesa, que resultam do domínio dos monopólios e latifundiários, da submissão ao imperialismo estrangeiro e da política fascista, são agravadas pelos encargos da guerra colonial, que atingem com outras despesas militares, mais de 43% de todas as despesas do Estado.

A política de desenvolvimento anunciada por Marcelo Caetano três anos e meio atrás tem-se saldado em passos hesitantes, estagnação e retrocesso em alguns sectores, no endividamento crescente da economia nacional. Diminui o ritmo do aumento do rendimento nacional. A produção mostra-se cada vez menos capaz de satisfazer as necessidades de consumo. O défice da balança comercial, que somou 40 milhões de contos nos anos de 1970-71, e o peso dos produtos do sector primário nas exportações acusam a fragilidade e o lento desenvolvimento da economia portuguesa. A guerra colonial é o principal factor da actual inflação e do rápido aumento dos preços, suportado essencialmente pelas classes trabalhadoras. No último ano, segundo os números oficiais, que ficam muito aquém da realidade, os preços dos géneros e produtos alimentares aumentaram em média mais de 15%, e as rendas de casa mais de 30%.

O desenvolvimento económico é obtido à custa do agravamento da exploração dos trabalhadores, do aniquilamento da pequena indústria, do pequeno comércio e da pequena produção agrícola, da entrega crescente ao imperialismo estrangeiro, da rapina dos recursos nacionais pelos grupos monopolistas. Enquanto o povo vive miseravelmente e 150.000 portugueses emigram anualmente para o estrangeiro, o capital das sociedades triplicou desde o início da guerra colonial. Acentua-se o carácter depressivo do sistema fiscal. Os impostos indirectos triplicaram de 1960 para 1970, e em 1971 aumentaram ainda mais 1 milhão de contos em relação ao ano anterior. Aumentam os impostos profissional e de transacções. Diminui a contribuição industrial.

A nova LEI SOBRE O FOMENTO INDUSTRIAL aprovada em 12-4-72 lança as bases de uma mais rápida centralização. Mantém o condicionamento («autorização prévia»), que dá aos grupos monopolistas dominantes os instrumentos para impedir concorrentes. Multiplica as isenções e reduções fiscais aos grupos monopolistas. Abre caminho a programas de compra do sector público aos mesmos grupos. Reforça a selectividade do crédito e alarga a concessão do aval do Estado. O Estado chama a si, pagando-as com os recursos da nação, despesas que deveriam ser custeadas pelas empresas privadas, como estudos de mercados, cursos de formação profissional, projectos de instalação, ampliação e reorganização de unidades industriais. O Estado fascista torna-se cada vez mais um instrumento directo, não apenas da dominação política, como da acumulação e da exploração levada a cabo pelos grupos monopolistas. A fusão da luta antifascista com a luta antimonopolista reforça-se com a evolução da própria realidade nacional.

5. A situação na agricultura

A recessão da produção agrícola, acusa o fracasso da política agrária fascista e a estrutura agrária retrógrada, e confirma a necessidade da Reforma Agrária e duma transformação social e política profunda, como condições para o desenvolvimento da agricultura e o melhoramento das condições de vida da população trabalhadora dos campos.

A chamada reconversão agrária, o emparecamento, a «agricultura de grupo», a liquidação e expropriação das pequenas explorações, as imposições de preços, os exclusivos de mercados, as requisições de géneros, a imposição de intermediários, o parasitismo dos seus aparelhos burocráticos, protegem e garantem os lucros e benefícios dos grandes capitalistas e grandes agrários e conduzem a agricultura a uma crise permanente. A situação piora ainda mais com importações de batata, carnes, azeite e laticínios sem ter em conta os interesses dos agricultores portugueses, agravando a crise das pequenas explorações, desanimando o progresso agrícola e conduzindo a novas baixas da produção.

Os pequenos agricultores, esmagados por impostos e taxas, expulsos dos mercados, obrigados a preços não compensadores, vão-se arruinando e proletarizando. As medidas do governo (como as que visam o condicionamento do plantio da vinha) têm em vista procurar sair das dificuldades à custa dos trabalhadores rurais e dos pequenos agricultores. Também a Lei de Meios para 1972

anuncia como direcção fundamental da política do governo a aceleração do processo de centralização pela formação de empresas de maior dimensão, o que significa a intensificação do processo de liquidação da pequena produção agrícola.

Nos campos agravam-se as contradições e as classes laboriosas entram em choque com a política do capital financeiro.

6. Submissão ao imperialismo

Os monopólios e o governo procuram no estrangeiro apoios e ajudas, sem os quais não seria possível manter-se a ditadura fascista e prosseguir a guerra colonial.

O governo fascista tem conseguido uma maior ajuda política, diplomática e militar dos grandes países imperialistas, designadamente dos Estados Unidos, da Inglaterra e ultimamente (em lugar de destaque) da França. Apesar disso, acentua-se o seu isolamento internacional, testemunhado pela recente deterioração das relações com os países escandinavos, pela hostilidade dos países afro-asiáticos, pelas sucessivas condenações na ONU assim como pela opinião pública internacional, e por acções de grande repercussão, como o boicote do café angolano na Holanda. Cada vez mais isolado, o governo baseia a sua política externa no reforço das alianças mais reaccionárias (grandes países imperialistas, África do Sul, Rodésia, Brasil, Espanha), na sua ligação com os circuitos mais agressivos do imperialismo.

O preço que os fascistas pagam pelo auxílio internacional que recebem é a entrega crescente da economia nacional, a permanência em território português das bases agressivas da OTAN, a manutenção duma política de baixos salários para «atrair» o capital estrangeiro, política esta que cai ao ponto de o governo, por intervenção directa das embaixadas estrangeiras, negar a homologação das tabelas salariais já decididas por tribunais (caso dos CCT dos metalúrgicos). Os investimentos estrangeiros em Portugal atingiram, só em 1970 (segundo dados dos círculos financeiros) cerca de 2 milhões de contos. A penetração do capital estrangeiro foi ainda mais facilitada após o Acordo dos Açores com os Estados Unidos, que, além de confirmar a cedência de importantes bases militares ao imperialismo americano, ofereceu enormes possibilidades de exploração em Portugal ao capital americano, em concorrência cerrada com o capital francês, inglês e alemão.

A política do governo de M. Caetano tem significado a acentuação diária da submissão de Portugal ao imperialismo. A luta contra a ditadura fascista está cada vez mais indissolúvelmente ligada à luta pela verdadeira independência de Portugal.

7. Mercado Comum

A conjuntura económica portuguesa é, neste momento, em grande parte dominada pelas preocupações resultantes da prevista associação de Portugal ao Mercado Comum. Esta associação, determinada pela entrada da Grã-Bretanha no Mercado Comum, e o consequente desaparecimento da EFTA, à qual Portugal pertence, tornam ainda mais sombrias as perspectivas da economia e da independência portuguesas.

O Mercado Comum é uma associação dominada pelos interesses das grandes potências e dos grandes monopólios internacionais, assente na exploração dos trabalhadores e dos países menos desenvolvidos. A entrada da Grã-Bretanha, tendo por detrás os Estados Unidos, acentua o carácter reaccionário da integração europeia. O comércio livre, que os grandes países imperialistas pretendem impôr aos países mais atrasados, é acompanhado de medidas proteccionistas discriminatórias contra os artigos chamados «sensíveis». Artigos portugueses, de larga exportação (têxteis, conservas, confecções, calçado, e, em geral, os produtos agrícolas e alimentares) correm o risco de verem erguer-se barreiras aduaneiras pelos países do Mercado Comum. A submissão ao imperialismo, a hostilidade ao campo socialista e o corte com os países do «Terceiro Mundo», fazem da economia portuguesa um juguete dos monopólios internacionais e dos seus associados e cúmplices em Portugal. O governo fascista, a mando dos monopólios, está a negociar acordos com o Mercado Comum que significarão o agravamento da situação da grande massa da população portuguesa e a aceitação de uma divisão internacional do trabalho que votará a economia portuguesa a uma posição subsidiária, subalterna e sacrificada aos interesses dos potentados da banca e da indústria dos grandes países imperialistas.

Na busca de uma capacidade competitiva, os monopólios agravam todas as formas de exploração dos trabalhadores, apressam o processo de acumulação, de integração vertical e horizontal, de centralização de capitais e de liquidação das pequenas e médias empresas.

A par do esclarecimento de natureza do Mercado Comum e da política fascista, é necessário insistir em que, para Portugal, há uma alternativa: a liquidação do poder dos monopólios, a libertação do imperialismo estrangeiro, o fim da guerra colonial e do colonialismo, uma política nacional independente, e estabelecimento de relações de amizade e cooperação com todos os países, designadamente com os países socialistas. Essa alternativa exige, como primeiro passo, o derrubamento da ditadura fascista e a instauração de um governo democrático.



8. Exploração da classe operária

O agravamento da exploração da classe operária é uma pedra angular da política dos monopólios e do seu governo fascista.

Os três anos e meio de governo de M. Caetano puseram a nu a demagogia fascista acerca do «Estado social» e as monumentais ilusões dos oportunistas da direita e de «esquerda», que proclamavam que terminara a política dos baixos salários, porque M. Caetano era o representante da capital «empreendedor» e «progressivo» pronto a iniciar em Portugal a era da «sociedade de consumo».

Desmentido a sua própria demagogia e as previsões oportunistas, o governo conduz uma deliberada política de agravamento da exploração e da situação dos trabalhadores, tendo em vista fundamentalmente, assegurar os lucros dos monopólios, a acumulação rápida de capitais necessários ao desenvolvimento, e o pagamento da guerra colonial.

«Congelamento de salários, aumento do trabalho não pago dos operários, subida dos preços, são as três principais direcções dessa política. Os capitalistas e o governo fabricam contratos colectivos, modificam cláusulas, impedem a aplicação de outros, mesmo quando decididos por tribunais arbitrais. Recusam o pagamento dos 25% suplementares do trabalho nocturno. Em alguns casos chegam a diminuir os salários nominais. Impõem horas extraordinárias na indústria e empreitadas tanto na indústria como na agricultura. Intensificam o ritmo de trabalho e multiplicam as medidas de racionalização. Aumentam a exploração do trabalho feminino. Aumentam o número de crianças trabalhando na indústria (como é o caso da têxtil). Estimulam a alta dos preços, sobretudo os que tocam mais directamente as classes trabalhadoras: produtos alimentares e outros de consumo corrente, rendas de casa e transporte. O rápido aumento dos preços anula a curto prazo as melhorias de salários alcançadas pela luta, e torna-se um dos mais graves problemas das massas trabalhadoras.

A emigração massiva de trabalhadores, a diminuição da população portuguesa de 1960 para 1970, constituem uma severa acusação à política de exploração e miséria levada a cabo pelos monopólios, latifundiários e o seu governo, mas tem efeitos contraditórios, rarefando a oferta da força de trabalho e criando condições favoráveis à luta reivindicativa. E neste contexto que se deve considerar a transferência para Portugal de dezenas de milhares de trabalhadores africanos, particularmente de Cabo-Verde. Tal como a burguesia e os governos dos países desenvolvidos em relação aos emigrados portugueses, o governo e os monopólios procuram, além de objectivos relativos ao refreio da luta dos povos submetidos ao jugo colonial português, cobrir parcialmente a escassez de mão-de-obra, dispôr de força de trabalho a preço muito inferior, introduzir diferenças dos trabalhadores menos qualificados e fomentar um espírito chauvinista no proletariado português.

A necessidade de uma rápida acumulação e concentração de capital, e da obtenção de vultuosos recursos para pagar a guerra colonial leva os monopólios e o seu governo a uma verdadeira ofensiva para uma mais desenfreada exploração dos trabalhadores, servindo-se de todos os processos e métodos que lhes permitam alcançar aqueles seus fins.

9. Classes médias

A política de acumulação acelerada e de centralização dos monopólios atinge também gravemente as classes médias. Muitos milhares de pequenos industriais, comerciantes e agricultores estão a ser rapidamente arruinados. Fecham ou são absorvidas pequenas fábricas e oficinas. Encerram as portas centenas de mercearias que não podem competir com os super-mercados. Continuam a ser diariamente liquidadas pequenas explorações agrícolas. Sectores amplos das profissões liberais são atingidos pelos baixos vencimentos. As classes e camadas médias sofrem pesadas cargas tributárias que agravam a sua já precária situação.

A própria política do governo ao serviço dos monopólios isola socialmente a camarilha governante, põe os monopólios em confronto directo com as mais amplas massas da população, contribui para acentuar o carácter antimonopolista da luta contra a ditadura e da unidade antifascista.

10. Ensino e cultura

No ensino e na cultura desmascarou-se também a demagogia «liberalizante». Em vez das prometidas «reformas» do ensino, reforça-se o seu carácter reaccionário, apenas com ligeiros ajustamentos exigidos pela necessidade, para o desenvolvimento capitalista, da formação de quadros técnicos mais qualificados. Em vez de «participação» dos estudantes, uma grande ofensiva contra o movimento associativo, ao mesmo tempo que, com a criação do Secretariado para a Juventude e a remodelação da Mocidade Portuguesa, o governo ensaia novos métodos para neutralizar a juventude e ganhar o controlo das organizações que têm actividade juvenil.

A demagogia caetanista que visava iludir e «recuperar» grande número de intelectuais saíu-se por um fracasso. Só em zonas marginais, com aspectos e consequências contraditórias como é o caso da SEDES, alguns intelectuais da Oposição caíram no laço. A política caetanista, ao contrário do que pretendia, provoca um mais largo descontentamento das esferas intelectuais e desloca no sentido da Oposição elementos que até há pouco cooperavam com o regime ou estavam neutralizados.

11. A crise do regime

A crise do regime fascista continua. O fracasso da manobra «liberalizante» de 1968-71 é uma comprovação do agravamento das suas contradições e dificuldades.

Instrumento dos grupos monopolistas, o governo mostra-se incapaz de encontrar uma saída para os problemas e dificuldades económicas provocadas pelo atraso da industrialização e da agricultura, pela impreparação para a concorrência no quadro da integração europeia, pela contradição entre as necessidades de desenvolvimento e o peso da guerra colonial, pela ganância dos monopólios e do imperialismo estrangeiro pela miséria duma grande parte da popu-

lação.

O regime debate-se também com crescentes dificuldades políticas internas resultantes do isolamento da camarilha fascista, do amplo descontentamento, resistência e lutas populares, da actividade e influência do Partido Comunista, da acção doutras forças democráticas e da pressão da opinião pública internacional.

A crise do regime, as suas contradições e dificuldades, acentuam as diferenças de opinião e as divergências na burguesia dominante e no campo fascista. Confirmando as previsões do PCP, diferenciam-se tendências, esboçam-se plataformas, formam-se grupos e alargam-se as brechas entre eles.

São particularmente significativas as posições do chamado sector «liberalizante» da Assembleia Nacional fascista sobre a revisão constitucional, contra as violências e arbitrios da PIDE-DGS, contra as medidas de segurança, contra a repressão das cooperativas, contra a lei de imprensa e a reorganização judiciária, etc. Tudo quanto até agora propôs um dos seus mais activos representantes, Sá Carneiro, não é porém mais que a evolução para um fascismo mitigado com a continuação do colonialismo português. Este sector não rompeu pois com o regime fascista. Entretanto, traduz já sérias divergências e incuba divisões e defeções no campo inimigo.

Com a manobra demagógica «liberalizante», M. Caetano tinha, entre outros fins, o alargamento das suas bases de apoio. O fracasso da manobra, as dificuldades do regime e a luta popular fazem-no correr sérios riscos de uma restrição ainda maior dessas bases. Nesta situação, impõe-se saber distinguir entre as reais tendências divergentes no seio do regime, e iniciativas animadas pelo próprio governo ou desenvolvidas no quadro do regime e aceites por este, com vistas a criar uma pseudo-oposição inofensiva, justificar nessa base a negação de quaisquer possibilidades de acção à Oposição democrática acusada de «subversiva», atrair ainda ao colaboracionismo sectores mais vacilantes da Oposição.

Ao mesmo tempo que é necessário agir para aprofundar as divergências no campo fascista, procurando conduzir sectores e indivíduos que se separem do regime à adesão a reivindicações populares, são de combater opiniões e tendências para que a actividade e a luta da Oposição se ponham a reboque de qualquer fracção de descontentes ou dissidentes do fascismo, designadamente, no momento presente, dos «liberalizantes» da A. Nacional ou da SEDES.

O movimento antifascista tem força, tradições, influência de massas. Os seus objectivos são pôr fim à ditadura fascista, à guerra colonial, à dominação dos monopólios e do imperialismo, conquistar as liberdades democráticas, instaurar um regime democrático. Estes objectivos não serão alcançados por qualquer evolução do regime por iniciativa das próprias classes dirigentes. Só poderão ser alcançados pelo povo português dirigido pelas forças antifascistas. Por isso, a direcção fundamental da acção destas tem sido e continua a ser a luta popular.

III

A LUTA POPULAR

1. Novo ascenso

Um NOVO ASCENSO DA LUTA POPULAR DE MASSAS tem sido a resposta à ofensiva repressiva do governo desencadeada em 1971. Constitui um notável êxito do PCP, da classe operária, da juventude, dos democratas, que o governo, embora tenha conseguido com a repressão refrear a luta popular, não tenha conseguido paralisá-la, nem impedir o seu desenvolvimento. Não é com a repressão, como não foi com a demagogia, que o governo conseguirá abafar a luta do povo português.

Já depois da ofensiva da repressão de 1971, desenvolveu-se a luta reivindicativa dos trabalhadores. Registaram-se novas greves e paralisações. Importantes movimentos de massas têm lugar nos sindicatos. As massas vêm à rua em grandes manifestações contra a repressão, a guerra colonial, a carestia de vida. Importantes acções indicam o reanimar da luta do campesinato. Reactivam-se as estruturas democráticas. A intensificação da luta contra a repressão responde à repressão. A luta contra a guerra colonial adquire novas e superiores expressões e a ARA, depois do governo ter anunciado a sua liquidação, sofreu novos e certos golpes. Multiplicam-se as manifestações de descontentamento nas forças armadas. A juventude trabalhadora toma novas iniciativas. Os estudantes reforçam as posições unitárias nas suas associações e fazem greves. É criada a União dos Estudantes Comunistas (U.E.C.). Têm lugar importantes lutas de médicos e de professores. Dezenas de cooperativas unem-se e resistem às tentativas fascistas da sua liquidação. Alargam-se as lutas das populações e são cada vez mais frequentes as suas reacções massivas esporádicas.

Trata-se de UMA MUITO AMPLA MOVIMENTAÇÃO DE MASSAS tanto mais significativa, quanto é certo que o seu desenvolvimento se acentua após o desencadeamento da violenta vaga de repressão e intimidação e, em muitos casos, como resposta a ela.

São de salientar alguns traços característicos desta movimentação: a) o facto de nela participarem classes e camadas muito amplas da população, tocando quase todos os sectores sociais antimonopolistas; b) a extraordinária variedade dos objectivos, fazendo frente à política fascista em praticamente todos os sectores da vida nacional; c) a maior rapidez e prontidão das reacções de massas à política fascista e às suas manifestações concretas; d) o melhoramento da organização e a adopção de formas de coordenação e unificação de lutas; e) uma crescente interligação entre os vários sectores; f) o carácter unitário das lutas como factor do êxito.

A verificação conjunta destas características é um acontecimento novo que indica a restrição da base social do fascismo, a radicalização política de amplas camadas da população, o desenvolvimento do movimento antifascista como frente antimonopolista.

Estão criadas as condições fundamentais para a acentuação do fluxo da luta popular.

2. Luta nas empresas

A luta reivindicativa dos trabalhadores desenvolve-se por todo o país em amplas acções em que participam muitas dezenas de milhar de trabalhadores.

Nas empresas, os trabalhadores continuam a lutar (frequentemente com êxito) pelas suas reivindicações, utilizando formas diversas: greves, (Grundig de Braga, Jeffa em A. Vedros) e paralisações (Philips de Cabo Ruivo, ajudantes da CUF do Barreiro, Eduardo e Ferreirinha, têxteis da Covilhã e Tortozendo, Fábrica (Leão); abandono do trabalho antes da hora (Carris de Lisboa); abaixo-assinados e exposições (Sorefame, Sonafi, Empresa Fábrica do Norte, lanificios), etc., só para citar acções dos últimos meses.

Muitas destas lutas opoem os trabalhadores ao patronato na própria empresa. Entretanto, desde 1970, o que tem caracterizado a luta reivindicativa, é a ampla movimentação de classes profissionais e uma deslocação do eixo fundamental da luta reivindicativa do terreno da empresa para o sindicato. Mesmo algumas importantes lutas nas empresas estão directamente ligadas a lutas nos sindicatos.

Esta evolução tem aspectos positivos e comporta, ao mesmo tempo, alguns perigos. Aspectos positivos são essencialmente os que resultam da unificação da luta dos trabalhadores de numerosas empresas e da sua elevação ao nível da luta de classes profissionais, por vezes num plano regional e mesmo nacional. Perigos são os que resultam de um afrouxamento da luta nas empresas, assencial para a defesa dos interesses dos trabalhadores, tanto mais que a maioria dos sindicatos tem direcções e comissões administrativas fascistas e é instável a situação naqueles em que as direcções têm a confiança dos trabalhadores.

É indispensável intensificar a luta organizada nas empresas, que é aliás a principal força motora de toda a luta reivindicativa, formando e defendendo Comissões de Unidade, multiplicando os abaixo-assinados, as concentrações, paralisações e greves, exigindo do patronato respectivo a satisfação das reclamações dos trabalhadores.

As lutas nos sindicatos e nas empresas não são alternativas, mas complementares.

3. Movimento sindical

A criação nos últimos anos, de UM AMPLO E COMBATIVO MOVIMENTO SINDICAL constitui um grande êxito dos trabalhadores portugueses e um acontecimento de extraordinária importância na luta da classe operária e das massas trabalhadoras pelos seus direitos vitais, pela liberdade sindical, contra a exploração capitalista e o corporativismo.

A criação, com base no aproveitamento dos Sindicatos Nacionais, de um movimento sindical com a participação de largas massas trabalhadoras comprovou inteiramente a apreciação e a orientação do PCP e desmentiu o palavreado esquerdista contra a utilização dos sindicatos fascistas.

Para impedir o desenvolvimento do movimento sindical, o governo passou à contra-ofensiva. Proibiu reuniões sindicais e, em Junho de 1971, as reuniões intersindicais. Interditou a realização de assembleias fora das sedes dos sindicatos. Impediu a publicação de notícias. Perseguiu a imprensa sindical. Usou a ameaça e a chantagem. Não deixou que se realizassem eleições nuns casos e organizou irregularidades e falsificações noutros. Fez demitir direcções fascistas em vésperas de eleições para adiar a realização destas (gráficos e motoristas de Lisboa). Promulgou em 10 de Fevereiro o decreto 51-72, que cria uma série de novos obstáculos para as eleições. Recorre à chicana judicial e a mandados dilatórios (por vezes a coberto das negociações de Acordos Colectivos de Trabalho). Nomeia comissões administrativas. Demite, processa, faz prender, torturar, julgar e condenar dirigentes sindicais dos mais destacados. As ilusões oportunistas de direita e esquerdistas acerca das supostas intenções de M. Caetano de abrir caminho à liberdade sindical foram desmentidas.

Apesar da ofensiva repressiva, continuam a organizar-se amplas lutas, comprovando que o movimento sindical ganhou fortes raízes nas massas e forjou quadros capazes e combativos. Realizam-se GRANDES ASSEMBLEIAS para discutirem os CCT e outros problemas do interesse da classe (no distrito de Lisboa, 3.000 bancários, 1.000 motoristas, 1.000 esticadores, 2.000 operários químicos, 450 operários dos telefones; no distrito de Porto, 1.400 metalúrgicos; no distrito de Aveiro, 1.500 metalúrgicos). Alcança sucessos a luta contra as comissões administrativas, pela realização de ELEIÇÕES e a apresentação de listas de confiança da classe. COMISSÕES SINDICAIS apoiadas pelos trabalhadores, conduzem uma intensa actividade em defesa dos interesses da classe e ordenam por vezes a sua acção em reuniões intercomissões. As CONCENTRAÇÕES nos sindicatos e INTP (1.000 metalúrgicos no Porto e muitas centenas em Aveiro) e amplas REUNIÕES DE ASSOCIADOS tornaram-se formas eficientes de acção sindical de massas. Os ABAIXO-ASSINADOS (7.000 metalúrgicos do norte, 4.200 bancários exigindo eleições, 1.200 têxteis do Porto), os TELEGRAMAS, as CIRCULARES E INFORMAÇÕES, são largamente utilizados. A RESISTÊNCIA À REPRESSÃO é um valioso índice da vitalidade do movimento. Os êxitos alcançados no terreno sindical pelas PROFISSÕES LIBERAIS reforçam o movimento sindical dos trabalhadores.

Elementos atomizados ou desorientados nas forças das massas defendem atitudes capitulacionistas e liquidacionistas, de submissão passiva aos arbitrios do governo, de proposição da contenção das lutas por receio de que sejam considerados «subversivos» (têxteis do Porto), de colaboracionismo (defecção de membros da comissão de motoristas de Lisboa). Outros defendem a clandestinização do movimento, a criação de sindicatos ilegais, um confronto imediato com o governo nas piores condições e no pior terreno como seria, por exemplo, a recusa pura e simples de aceitar a arbitragem na contratação colectiva e o ignorar o último decreto fascista relativo às eleições sindicais. A defesa, continuação e desenvolvimento do movimento sindical exigem que sejam firmemente combatidas estas tendências.

Os trabalhadores têm também de estar atentos a quaisquer «reformas» e reestruturas da orgânica sindical que visem restringir ainda mais as possibilidades de pôrem à frente dos sindicatos direcções da sua confiança e defenderem aí os seus interesses.

São direcções de trabalho: 1) A mobilização das massas para a acção

nos sindicatos, a preparação e realização de assembleias, concentrações, abaixo-assinados, etc.; 2) A luta contra as comissões administrativas, a exigência e realização de eleições sérias, a preparação cuidadosa e com tempo para elas, a apresentação de listas de confiança da classe, a sua eleição e a sua defesa, aliando a campanha dessas listas com a luta reivindicativa da classe; 3) Estreita e constante ligação das direcções honestas com as massas; 4) A cooperação intersindical nos formas aconselháveis no momento; 5) A formação de comissões sindicais estreitamente ligadas às massas, contando com o seu apoio e confiança, assim como a formação de grupos de trabalho; 6) A utilização regular das reuniões de associados como forma de organização; 7) A defesa intransigente da designação dos delegados sindicais pelo processo de eleição; 8) A luta pelos direitos sindicais dos jovens; 9) A luta pelo alargamento dos direitos sindicais, contra a ingerência e a repressão na vida e na actividade sindicais; 10) Relações com o movimento sindical dos outros países e a luta pela representação legítima dos trabalhadores portugueses na OIT.

A luta sindical dos trabalhadores portugueses nas condições do fascismo tem características originais e é riquíssima de ensinamentos. O movimento sindical criado em 1969-71 não o foi por vontade de Marcelo Caetano, mas pela luta inteligente, tenaz e audaciosa dos trabalhadores portugueses. Nem este caminho, nem estas experiências devem ser abandonados.

O movimento sindical criado nos últimos anos, tem condições, pelas posições de que dispõe e pelo amplo apoio de massas, para resistir à repressão e continuar a desenvolver-se de forma independente.

4. Luta contra a carestia de vida

A luta contra a carestia de vida adquiriu nos últimos tempos particular relevo. A grande manifestação de 15 de Abril no Porto de mais de 40.000 pessoas, evidencia a gravidade da situação dos trabalhadores resultante da alta dos preços, o profundo descontentamento das massas, a sua determinação e combatividade, quando justamente orientados pelo Partido. O sucesso da manifestação mostrou a importância decisiva do conhecimento do estado de espírito das massas, da previsão da situação económica, do trabalho de organização e de agitação do Partido.

O aumento do custo de vida vai continuar e agravar-se-á com a intensificação das despesas com as guerras coloniais e o prosseguimento da governação fascista.

O descontentamento contra a carestia de vida alargar-se-á, por isso, a mais amplas massas, que é necessário mobilizar e organizar para acções firmes contra essa forma de exploração dos trabalhadores.

5. Lutas de camponeses

O desenvolvimento, no último ano, das LUTAS DE CAMPONESES é um factor novo, importante e significativo.

A ocupação e plantação pelos camponeses de Talhadas de baldios que haviam sido arrancados às populações; os protestos contra a taxa sobre o vinho na região de Lafões incluindo a recusa do seu pagamento; a recusa a pagar as cotas ao Grémio, apesar dos processos e intimidações fiscais, no distrito de Viseu; a recusa em massa da entrega do leite ao Grémio na região de Aveiro; as concentrações de protesto de 1.000 camponeses contra as importações de carne, em Paredes; a resistência no concelho de Torres Novas à obrigatoriedade da venda do figo à Administração Geral do Alcool e ao encerramento das pequenas destilarias; as iniciativas para a formação, a associação e a acção de cooperativas em que os pequenos produtores procuram defender-se dos grandes senhores e da organização corporativa-fascista; — mostram que o descontentamento dos pequenos agricultores se está a traduzir numa importante movimentação em que participam milhares de camponeses.

O facto de o governo, apesar do envio de forças da GNR, das ameaças, de brutalidades e de prisões, de processos fiscais, não conseguir abafar esta movimentação, revela a gravidade da situação do campesinato e a profundidade da sua indignação contra a política fascista.

É de extraordinária importância a ampla divulgação destas e de outras experiências para que os exemplos ajudem as amplas massas camponesas a encontrarem o caminho da luta e a conferirem nas possibilidades de defenderem com sucesso os seus interesses.

Saber definir, em cada momento, os objectivos da luta, adoptar processos de organização extremamente maleáveis, encontrar as formas de esclarecer e conduzir à acção as massas camponesas são tarefas de primeiro plano no momento actual, tendo como objectivo transformar a resistência, ainda dispersa, dos camponeses, num amplo movimento alargado a muitas regiões.

6. O movimento democrático

O movimento democrático mantém estruturas maleáveis, que se estão reanimando nos mais importantes distritos, conserva o carácter unitário, anima movimentos com objectivos concretos de acção, toma iniciativas diversas ainda que irregulares (5 de Outubro, 31 de Janeiro, Juntas de Freguesia) e, desenvolvendo-se em bases regionais com características muito diferenciadas, continua voltado para a cooperação inter-regional e nacional. Estes factos constituem um êxito na luta contra as tentativas do fascismo, que usa tanto a demagogia como a repressão, para dividir, desagregar, silenciar, ilegalizar completamente e liquidar o oposição democrática.

Apesar da repressão e de lhe não ser reconhecida existência legal, a força do movimento democrático dá-lhe a possibilidade de desenvolver amplas acções políticas de carácter legal e semi-legal, se mantiver e reforçar o seu carácter unitário, se souber definir objectivos que interessem na acção os activistas, se vencer as tendências oportunistas de direita e de «esquerda» que se manifestam.

O movimento democrático demitir-se-ia da sua qualidade de alternativa à situação política actual, se não mantivesse claramente o objectivo fundamental da instauração das liberdades democráticas



e não traçasse, como objectivos imediatos, aqueles que visam combater a política fascista em todos os aspectos da vida nacional.

É necessário fazer frente a tendências que, tendo de comum a descrença nas possibilidades de acção política legal e semi-legal, se manifestam, por um lado, em ideia de abandonar a sigla CDE, desviar o movimento para actividades «para-políticas», culturais e sócio-profissionais, que objectivamente conduziriam o movimento à sua liquidação, e se manifestam, por outro lado, em ideias de «ilegalização» voluntária do movimento, na desistência das formas legais e semi-legais de acção, numa linguagem aparentemente radical e violenta, que, sem nada acrescentar ao esclarecimento dos problemas, dá fáceis pretextos à repressão fascista e mais parece ter como objectivo a ilegalização.

É necessário grande vigilância em relação aos que, discordando do próprio movimento, procurem fazer parte das suas estruturas para conduzir um trabalho de sapa e de divisão. São particularmente perigosas as tendências para «reconversões» do movimento democrático em «novos moldes» de forma a abranger os «dissidentes» do regime e certas manobras à margem do movimento democrático, em que os «liberalizantes» e SEDES, apareceriam como uma «alternativa» do fascismo, a única «oposição viável» ou «possível», apoiada por elementos oportunistas. Essas tentativas de deslocação para os «dissidentes» do regime do polo de atracção da Oposição, sob pretexto de que seria a única possibilidade de actuação legal e defendida, tendem a colocar o movimento democrático a reboque de colaboracionistas, a levá-lo a abdicar dos seus objectivos fundamentais, a dividi-lo e a liquidá-lo. Têm de ser firmemente combatidas.

No processo da formação e do desenvolvimento das CDE, pela participação de milhares de activistas vindos do povo e ligados ao povo, formou-se uma ampla unidade, que mostrou ter a simpatia e o apoio das massas populares. Aberto a todos os antifascistas sem discriminações, procurando entendimento com todos para a acção em iniciativas concretas, respeitando diferenças regionais, o movimento democrático tem de manter a firmeza de objectivos e a condenação de todas as formas de colaboracionismo, os métodos democráticos de acção, organização e decisão, a estruturação de uma base popular, — características que estiveram na raiz da força e dos sucessos do movimento das CDE, que constituem a única sólida base de alargamento da unidade e que são condições para o seu desenvolvimento futuro.

7. As «eleições» fascistas de 1973

A PREPARAÇÃO PARA TRAVAR UMA GRANDE BATALHA POLÍTICA por ocasião das «eleições» para a Assembleia Nacional de 1973 pode constituir um fulcro de reestruturação e reanimação do movimento democrático e de um novo assento da luta pelas liberdades fundamentais.

Deve partir-se da ideia de que o governo procurará tirar as experiências das derrotas políticas que sofreu no passado, organizar uma nova mascarada «eleitoral», impedir ou reduzir o mais possível a acção, organização e propagação democráticas e a intervenção popular. Existe também um perigo real de que fascistas «dissidentes» e elementos colaboracionistas (a partir da SEDES ou com outra cobertura) possam apresentar candidatos próprios como sendo da Oposição, facto que, embora traduzindo divergências nas esferas governantes, pode ser aproveitado pelo fascismo para, afirmando ser essa a única «oposição» admitida, recusar a verdadeira Oposição democrática (acusando-a de «subversiva») a possibilidade de apresentar candidatos e de conduzir uma batalha política no terreno «eleitoral».

Os antifascistas têm de opor-se firmemente e desde já a quaisquer tendências oportunistas para negociar com os dissidentes e colaboracionistas e desloca-los para eles o eixo da batalha «eleitoral».

Esta situação torna imperiosa a urgente preparação das forças democráticas. O desmascaramento da natureza do fascismo e das «eleições» fascistas, a batalha do recenseamento, a exigência de possibilidades legais de organização e propagação, a reclamação de liberdades fundamentais, a resposta pronta à repressão, são direcções de trabalho no próximo futuro. É inadmissível o reforço, alargamento e actuação da organização democrática.

Prevenido desde já ilusões eleitoralistas, que se manifestaram em 1969 e podem reavivar, é necessário também combater o verbalismo e a chantagem esquerdistas, que, a pretexto do combate ao eleitoralismo, procuram afastar o movimento da luta política no terreno «eleitoral», ou sabotar essa luta introduzindo uma linguagem pseudo-revolucionária nas estruturas que a empreendam.

O movimento democrático tem força, experiência e apoio popular bastantes para impôr a sua presença independente na vida política portuguesa, para mobilizar amplas massas populares, para travar uma nova grande batalha política por ocasião das «eleições» para a Assembleia Nacional em 1973.

Quanto à designação do Presidente da República em 1972, é de desmascarar a forma de designação e condenar quaisquer eventuais tentativas colaboracionistas de compromissos com dissidentes do regime.

8. Movimentos unitários autónomos

Como expressão da Oposição democrática, têm a maior importância movimentos com fins específicos, carácter unitário e estruturas e acção autónomas.

A luta contra a repressão e pela libertação dos presos políticos alcança grande vigor e amplitude. A CNSPP e as Comissões de Apoio constituem um grande movimento nacional contando amplo apoio de massas. Fora do quadro da CNSPP, as campanhas e acções pela libertação dos presos, contra os crimes da PIDE-DGS, contra as «medidas de segurança» pela obrigatoriedade da presença de advogados nos interrogatórios, têm alcançado grande relevo e assina-

láveis êxitos. A luta contra a repressão, que se desenvolve em concentrações, colóquios, abaixo-assinados, reclamações nos tribunais, diligências, intensa agitação, subiu a um nível superior nas manifestações de 2.000 empregados bancários em Lisboa em Junho de 1971 contra a prisão de Daniel Cabrita, e em Dezembro de 1971 nas manifestações de Moscavide (4.000 pessoas) e de Sacavém (1.000 pessoas) contra a prisão de angariadores de fundos de solidariedade aos presos políticos. As intervenções na Assembleia Nacional fascista pela extinção dos Tribunais Plenários, contra as torturas, por um inquérito à PIDE-DGS, etc., mostram o profundo impacto em todas as camadas, incluindo nas esferas dirigentes, deste grande movimento popular.

Resistindo firmemente às tentativas do governo para o intimidar e abafar, o movimento tem condições, não só para prosseguir, como para continuar a ampliar-se e a reforçar-se, abrangendo massas consideráveis da população.

A luta pela liberdade de expressão pode também tornar-se o fulcro de um amplo movimento, se conseguir vencer a inércia, ganhar iniciativa e sair do círculo estreito de personalidades em que se tem mantido, para um largo âmbito de democratas activos e ligados às massas.

Os movimentos com objectivos específicos, carácter unitário e estruturas e acção autónomas (não podendo substituir as estruturas gerais do movimento democrático, que se propõe lutar, não por um ou outro objectivo parcelar, mas pelos objectivos políticos fundamentais do povo português na situação política actual), constituem uma das formas mais eficientes de desenvolvimento da luta contra o fascismo e pela liberdade.

9. Luta contra a guerra colonial

A LUTA CONTRA A GUERRA COLONIAL tornou-se uma das principais frentes de luta contra a ditadura fascista. Ela adquire formas variadas e desenvolve-se em múltiplas direcções.

Um AMPLO MOVIMENTO DE OPINIÃO, exigindo o fim imediato da guerra colonial, negociações com os legítimos representantes dos povos de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, o reconhecimento do direito dos povos das colónias portuguesas à completa e imediata independência, ganha cada dia novos sectores. Vencendo as interdições fascistas, a opinião anticolonialista tem encontrado formas de expressar-se legal, semi-legal e ilegalmente. O fim imediato da guerra colonial é já hoje uma das principais reclamações populares e nacionais.

Uma constante CAMPANHA DE AGITAÇÃO através de publicações diversas, cartelas, inserções, tornou-se, pela sua extensão, uma manifestação da oniscção de massas à guerra colonial.

As DESERÇÕES E RECUSAS A PRESTAR O SERVIÇO MILITAR constituem um verdadeiro movimento de massas de protesto e de resistência da juventude contra a guerra colonial, que se traduz no número de muitos milhares de desertores e refractários que se regista anualmente.

As crescentes manifestações de descontentamento e DIVERSAS FORMAS DE RESISTÊNCIA NAS FORÇAS ARMADAS abalam a disciplina fascista e a capacidade de combate do exército colonialista.

AS ACCÕES DA ARA, atingindo directamente o aparelho militar colonialista, correspondem aos sentimentos e exigências das amplas massas populares, o que se evidenciou no entusiasmo geral que provocaram, com excepção dos charlatães pseudo-revolucionários.

Um esforço decidido deve ser feito para intensificar a luta contra a guerra colonial em todas estas direcções.

A transformação do amplo movimento de opinião já existente num DINÂMICO MOVIMENTO DE PROTESTO POPULAR, expressando-se em variadas formas de acções de massas; uma AGITAÇÃO MAIS INCISIVA (incluindo na imprensa do Partido) expondo e acusando os crimes de guerra, divulgando as baixas, indicando o número e a situação de feridos e mutilados, desmascarando os grandes criminosos da guerra colonial, mostrando as incidências da guerra colonial em todos os aspectos da vida nacional; um trabalho audacioso para que se tornem mais frequentes DESERÇÕES ACOMPANHADAS DE ACTOS REVOLUCIONÁRIOS; a organização de ACCÕES DE DESCONTENTAMENTO, RESISTÊNCIA PASSIVA E INSUBORDINAÇÃO NAS FORÇAS ARMADAS; o prosseguimento de ACCÕES DIRECTAMENTE DIRIGIDAS CONTRA O APARELHO MILITAR COLONIALISTA; O APROVEITAMENTO DE TODAS AS OPORTUNIDADES, como partidas e embarques de tropas, furtos de soldados, para que o povo manifeste o seu protesto; — tais são as tarefas fundamentais na luta contra a guerra colonial no momento presente.

10. Acções armadas

O aparecimento da ARA, organização autónoma com formas específicas de actuação, constitui um acontecimento de grande significado no desenvolvimento da luta contra a ditadura fascista e a guerra colonial. Saudando os corajosos combatentes da ARA, o PCP afirma como positiva esta nova direcção de luta e considera condições essenciais do seu êxito: a) que as acções correspondam a amplos movimentos de opinião, nunca afectando, mas sim ajudando o desenvolvimento das lutas de massas; b) que tenham em conta a conjuntura política e todas as suas várias incidências; c) que sejam o resultado de uma justa estimativa de forças e da perspectiva do seu desenvolvimento e nunca animadas pela improvisação e a impaciência; d) que não adquiram em nenhum caso o carácter de acções terroristas.

Apoiando esta nova direcção de luta, o PCP adverte que em alguns sectores antifascistas se manifestam ideias aventureiristas e terroristas que, se concretizadas em actos, não só conduziriam à derrota os próprios autores, como tenderiam a desacreditar a acção revolucionária e causariam dano ao movimento antifascista.

Por outro lado a propaganda fascista, atribuindo aos revolu-

nários portugueses desastres que atingem a população, impõe uma extrema vigilância em relação a eventuais provocações fascistas, realizadas directamente ou através das suas infiltrações nas zonas marginais, e o seu pronto desmascaramento, caso se efectivem.

11. Forças armadas

Nas forças armadas multiplicam-se manifestações de descontentamento. Animadas pelos sentimentos antifascistas e de oposição à guerra colonial, que predominam entre os soldados e jovens oficiais, as lutas desenvolvem-se em torno de problemas concretos.

Actos de insubordinação e de resistência às ordens fascistas; levantamentos de rancho que se transformam, em alguns casos, em grandes acções de massas, como foi o caso dos 2.000 marinheiros do Alfeite e dos 1.000 instruídos do CSM de Tapira; a recusa a levantar o braço ou a pronunciar o juramento, como foram os casos do Alfeite e de 500 cadetes no total de 600 na EPI de Mafra, acção repetida outras vezes; a resistência às formas de administração de cursos militares e contra o regime de licenças; protestos contra a dureza, a insegurança e os desastres nos exercícios; agitação através de tarjetas e inscrições; organização de grupos de escuta colectiva da RPL; — tais são as principais formas que a luta tem adquirido.

A frequência das acções e o seu alastramento a unidades de diversas regiões do país (CIOE de Lamego, RI 10 de Aveiro, RAL de Leiria, CIAAC de Cascais, RAL 2 de Coimbra, GDACI, etc.) mostram a acentuação da desagregação da disciplina militar e da autoridade fascista nas forças armadas. Também em África, apesar da complexidade das condições, registam acções de resistência, como a recente greve de braços caídos dos sargentos da Região Militar de Angola.

A intensificação e alargamento das lutas nas direcções indicadas mina a principal base de apoio do fascismo e do colonialismo e desempenha importante papel no agravamento da crise do regime.

A par de formas primárias de organização para animarem algumas destas acções, impõe-se o reforço da organização clandestina rigorosamente secreta, uma maior agitação e o desenvolvimento da acção abertamente revolucionária.

A organização e a actividade nas forças armadas é uma tarefa de primeiro plano na luta contra a ditadura fascista, uma vez que, na previsão de uma luta revolucionária aguda, é indispensável contar-se com uma parte considerável dos militares e estar-se em condições de neutralizar outra parte. É à luz desta perspectiva que devem considerar-se as deserções, particularmente de oficiais. A deserção pura e simples para emigrar, embora traduzindo um protesto, não é a atitude que melhor serve a luta contra o fascismo e o colonialismo vista na sua perspectiva. Salvo casos em que a sua liberdade esteja directamente ameaçada, o militar revolucionário deve permanecer nas forças armadas e aí continuar o trabalho revolucionário.

12. Luta contra o imperialismo

A luta contra o imperialismo estrangeiro começa a manifestar-se em acções de relêvo. Na greve da Grundig, como noutras acções da classe operária em empresas dominadas pelo imperialismo estrangeiro, revela-se a crescente consciência da associação dos interesses da classe operária, não só à luta pelo derrubamento da ditadura fascista, como à luta pela libertação de Portugal do domínio imperialista. Urge realçar este significado político dessas manifestações. O carácter anti-imperialista da actual etapa da revolução não é apenas uma questão teórica ou um tema de agitação. A par do constante trabalho de esclarecimento e de agitação, é necessário procurar sempre, no concreto, as formas práticas de acção. Os sentimentos anti-imperialistas devem ganhar as massas e traduzir-se na luta popular.

13. Luta da juventude trabalhadora

A juventude trabalhadora lutando pelos seus interesses vitais, dá uma contribuição muito activa a todos os sectores da luta popular, estando sempre nas primeiras filas na realização das tarefas mais arriscadas, na agitação, nas manifestações de rua.

Ao mesmo tempo, ganha corpo o movimento dos jovens trabalhadores que se desenvolve em variadas direcções: luta reivindicativa nas empresas e nos sindicatos, de que são recentes exemplos a paralisação de 3 horas dos jovens ajudantes da CUF no Barreiro e a acção de comissões de jovens em algumas classes; participação nas estruturas democráticas; de que são exemplos as comissões de jovens particularmente activas na luta contra a repressão; iniciativas de convívio e confraternização com um sentido progressista, como encontros, festas, excursões, piqueniques; iniciativas culturais, como representações teatrais, colóquios e conferências; iniciativas desportivas; lutas nas escolas técnicas, designadamente nos cursos nocturnos.

Apesar de acentuadas diferenças regionais e de diferenças dentro de cada região, essas direcções são, no fundamental, comuns aos vários núcleos de activistas da juventude trabalhadora que constituem, no conjunto, uma força com apreciável influência, tocando já amplos sectores juvenis, e são uma importante base para o desenvolvimento do movimento da juventude trabalhadora.

O progresso do movimento exige o reforço e alargamento de estruturas unitárias maleáveis, abertas, voltadas para as massas, procurando actuar semi-legalmente e, se possível legalmente, adoptando métodos de acção que tenham em conta esse condicionalismo e as diferenças de condições objectivas e subjectivas.

Aos jovens trabalhadores, membros do PCP, tem cabido decisivo papel no cumprimento dessas tarefas. Os importantes passos dados

e as amplas perspectivas que se abrem à luta, acção revolucionária e organização da juventude trabalhadora reforçam ainda mais esse papel.

14. Movimento estudantil

O movimento estudantil continua manifestando grande vitalidade, tanto mais de notar quanto se desenvolve sob uma ofensiva repressiva da ditadura fascista para liquidar as associações de estudantes e abafar o movimento.

A participação massiva dos estudantes em eleições a que os fascistas de há muito não ousam sequer concorrer e o reforço das posições unitárias; as greves de protesto contra o encerramento de Associações de Estudantes (Direito e Letras de Lisboa), em defesa de estudantes presos (Medicina de Lisboa) e por motivos pedagógicos e outros (Agronomia e I. Comercial de Lisboa); as movimentações de massas dos estudantes de Coimbra (na Tomada da Bastilha, contra a provocação fascista das «latadas» e nas comemorações do 17 de Abril), dos estudantes liceais do Porto e outras; a reactivação da cooperação nacional com o Encontro Nacional dos Estudantes de Medicina; as acções de solidariedade para com os estudantes vítimas de perseguições policiais (em torno de um estudante de Agronomia preso, dos dirigentes associativos de Coimbra julgados em Plenário e em resposta à prisão de estudantes de Medicina de Lisboa); — são os factos mais salientes desde o início do ano lectivo de 1971-72.

A luta nestes meses confirma que o espírito unitário e associativo ganha terreno em todas as academias, que as massas estudantis alcançam importantes sucessos quando lutam firmes e unidas com objectivos correctos e claros e que a influência desorientadora e desagregadora do verbalismo pseudo-revolucionário, responsável directo de derrotas e da destruição de estruturas associativas, está em franca recessão.

Prosseguir uma linha de massas, fazer frente à repressão, fortalecer os laços de cooperação e de solidariedade entre várias academias e escolas, fazer respeitar os métodos democráticos e a vontade dos estudantes, desmascarar junto das massas os processos antidemocráticos, as pretensões de imposição autoritária dos verbalistas e as suas provocações, são tarefas essenciais para a defesa, continuidade e desenvolvimento do movimento estudantil e particularmente das Associações de Estudantes.

A criação da UEC representa um grande êxito dos estudantes comunistas. Assegurando a defesa, reforçando a organização, preparando quadros, prosseguindo a linha de massas, dando provas de iniciativa e audácia, a UEC está em condições de cumprir os objectivos que indica a sua «Declaração»: «desenvolver o movimento dos estudantes pelos seus objectivos específicos, unir, organizar e mobilizar os estudantes em torno dos grandes objectivos políticos do povo português, estreitar a ligação da luta estudantil com a luta da classe operária e das massas populares e dar-lhe uma perspectiva revolucionária».

15. Luta de intelectuais

As grandes lutas dos médicos e dos professores do ensino secundário, as vitórias em ordens e sindicatos das profissões liberais, um amplo trabalho cultural realizado nas mais difíceis condições, comprovam as convicções democráticas, o descontentamento e a actividade das camadas intelectuais. A violenta repressão desencadeada contra os médicos e os esforços do MEN para abafar a luta dos professores comprovaram o divórcio do governo das camadas intelectuais.

A luta dos médicos, que abarcou praticamente todos os médicos do hospital de Santa Maria e dos Hospitais Cívicos de Lisboa, dos Hospitais de São João e Santo António do Porto, e que culminou na greve de Novembro de 1971, defendeu eficazmente os interesses da classe, denunciou vigorosamente a criminosa política fascista de saúde e evidenciou a posição progressista da imensa maioria dos médicos portugueses.

A luta dos professores, assente num estudo dos problemas da classe e num amplo apoio de massas, desenvolvendo-se em amplas reuniões e abaixo-assinados com milhares de assinaturas, tem alcançado importantes êxitos parciais, como o pagamento das férias grandes. Resistindo tanto à repressão fascista como a manobras oportunistas e liquidacionistas, os professores, unidos, poderão continuar com êxito a sua luta.

As condições são favoráveis para organizar grandes movimentos e lutas das camadas intelectuais.

É entretanto de notar que as realizações e iniciativas no campo da cultura não estão ao nível da amplitude e força do movimento progressista dos intelectuais portugueses. Essa situação resulta, em larga medida, das debilidades do trabalho ideológico e só pode ser superada, tendo em conta que, neste sector mais ainda do que em qualquer outro, a resposta aos problemas ideológicos não pode ser substituída por uma indicação prática de tarefas. A par das tarefas práticas da luta e de organização das camadas intelectuais, é indispensável um reforço radical do trabalho ideológico.



16. Luta das mulheres

As mulheres trabalhadoras e patriotas desempenham um papel cada vez mais destacado na luta popular, de que são exemplos as greves na Gruding de Braga, na Simões, Cabos de Ávila, Barros e Standard Eléctrica de Lisboa, na Jeffa de Alhos Vedros — empresas com esmagadora maioria de pessoal feminino; as paralisações de têxteis da Covilhã; a participação no movimento sindical (assembleias dos sindicatos dos têxteis, vidreiros, metalúrgicos, caixeiros, empregados de escritório). Na grandiosa manifestação de 15 de Abril no Porto contra a carestia de vida as mulheres participaram massiva e entusiasticamente.

Várias iniciativas e acções levadas a cabo pelas mulheres democratas e trabalhadoras ao longo do último ano (com destaque para o 8 de Março), contra a vida cara, por creches e jardins de infância, contra a repressão e em defesa dos presos políticos, contra a guerra colonial, contra a guerra do Vietnam, pela libertação de Angela Davis, são igualmente expressão dos sentimentos e disposição de luta das mulheres portuguesas.

Multiplicar os núcleos já existentes de mulheres trabalhadoras e democratas, intensificar as iniciativas e acções destas para a discussão dos problemas específicos das mulheres e das formas de lutar pela sua solução; multiplicar as iniciativas e acções por melhores salários, por salário igual para trabalho igual, por melhores condições de trabalho, contra a vida cara, contra a repressão, contra a guerra colonial, pela solidariedade internacional com as vítimas da política de repressão e guerra imperialista; encontrar formas maleáveis de organização tendo em conta as numerosas dificuldades que se levantam em muitos casos à participação das mulheres em reuniões, encontros, etc.; — são algumas direcções imediatas conducentes à intensificação da luta das mulheres portuguesas.

17. Luta das cooperativas

A resistência das cooperativas contra o decreto 520/71 (as assembleias, os encontros nacionais, a formação da Comissão Nacional, a ampla informação, a acção conjunta de um número considerável de cooperativas) é mais um exemplo da amplitude da Oposição antifascista e da pronta reacção de variados sectores políticos à repressão da informação, da cultura e do direito de associação.

A unidade das cooperativas, a sua firmeza e maleabilidade, o apoio de massas à sua acção, a continuação da luta contra tendências esquerdistas e de direita, são o caminho para impedir que o governo leve por diante o seu propósito de abafar o trabalho cultural e liquidar muitas dezenas de cooperativas. Se apoiado nas massas e no movimento democrático, o amplo movimento cooperativista de carácter progressista pode resistir com sucesso, prosseguir e desenvolver-se.

18. Interesses das populações

A frequência de reacções espontâneas e imediatas das massas ante situações ou problemas que os afectam e a intensificação de lutas pelos interesses das populações indicam a fermentação da revolta popular.

Por não terem assegurada uma ligação ferroviária, 300 passageiros sentam-se na linha em Braço de Prata, para não deixarem passar um «rápido»; milhares de pessoas na Margem Sul protestam contra o aumento das tarifas dos barcos e exigem a substituição destes; milhares de assinaturas são recolhidas contra uma taxa de saneamento imposta em Vila Franca de Xira. Estes exemplos indicam o estado de espírito das massas. Nesse mesmo contexto insere-se a eleição, em várias regiões, de Juntas de Freguesia dispostas a defender os interesses da população.

Se os democratas encabeçarem decididamente a defesa dos interesses das populações (por melhores condições de habitação, contra as altas rendas de casa, pelo fornecimento de água e electricidade, pela construção de esgotos, pela construção de escolas, estradas e caminhos, creches e mercados, por melhores serviços dos CTT, contra a poluição, as deficiências de transportes e as prepotências das autoridades, etc.) e chamarem as massas à acção, é possível nessa base, organizar amplas lutas que, por todo o país, façam frente à política fascista e obtenham importantes sucessos.

19. Tarefas imediatas

TRÊS GRANDES TAREFAS IMEDIATAS se colocam às forças democráticas portuguesas.

PRIMEIRA: Defender firmemente as posições conquistadas nos últimos anos e DESENVOLVER A ACÇÃO DEMOCRÁTICA E A LUTA POPULAR EM TODAS AS FRENTEIS por objectivos concretos:

1. Em DEFESA DOS INTERESSES ECONÓMICOS IMEDIATOS da classe operária, das massas trabalhadoras, do campesinato, da juventude, das mulheres, das classes e camadas atingidas pela política do governo fascista ao serviço dos monopólios e latifundiários, designadamente por melhores salários, contra a carestia de vida e contra a carga dos impostos.

2. CONTRA A REPRESSÃO em todas as suas formas e por variados objectivos concretos, designadamente pela libertação dos presos políticos, contra as «medidas de segurança», pela extinção da PIDE-DGS, contra a tortura, pela assistência dos advogados aos interrogatórios, pela resistência aos stops, buscas e outras medidas que afectam amplas massas.
3. Pelo DIREITO DE EXPRESSÃO DO PENSAMENTO, PELO DIREITO DE INFORMAÇÃO E A ABOLIÇÃO DA CENSURA.
4. Pelo DIREITO DE ASSOCIAÇÃO, pela livre actuação das estruturas democráticas, designadamente em defesa do movimento sindical, das Associações dos Estudantes e das cooperativas e pela gestão democrática de todas as organizações de massas.
5. CONTRA A GUERRA COLONIAL E PELO SEU FIM IMEDIATO através de negociações com o MPLA, PAIGC e FRELIMO, reconhecendo aos povos de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique o direito à completa e imediata independência.
6. CONTRA O IMPERIALISMO ESTRANGEIRO E PELA VERDADEIRA INDEPENDÊNCIA NACIONAL, desmascarando a política externa do governo, defendendo o desenvolvimento das relações com todos os países, designadamente os países socialistas, e desenvolvendo a luta contra as empresas estrangeiras que exploram o povo português, contra a existência de bases militares da OTAN e outras,

Nas fábricas, nos campos, em todos os locais de trabalho, nas escolas, nas forças armadas, nas organizações de massas, em todos os sectores da vida nacional, é necessário empreender a luta, FAZER FRENTE DECIDIDAMENTE À POLÍTICA FASCISTA E PASSAR À OFENSIVA SEMPRE QUE AS FORÇAS O PERMITAM. A multiplicação das lutas em todas as frentes, a sua unificação crescente, podem fazer recuar a política de exploração, de terror, de guerra, de submissão ao imperialismo do governo de M. Caetano.

SEGUNDA: MELHORAR E DESENVOLVER DECIDIDAMENTE O TRABALHO DE ORGANIZAÇÃO em todos os sectores de luta, fortalecendo e alargando todas as formas semi-legais, utilizando e criando as mais variadas organizações legais, consolidando e desenvolvendo os organismos e organizações clandestinas.

As forças antifascistas têm uma riquíssima experiência de trabalho de organização nas condições de ditadura fascista. Mas, em geral, o esforço para a criação de estruturas, e sua consolidação e ampliação, não responde às exigências das lutas em curso. No que respeita à organização clandestina e revolucionária, apesar da força e actividade do PCP, existem sérias debilidades que entram a luta popular e o seu desenvolvimento na perspectiva das batalhas decisivas para o derrubamento do fascismo.

Um constante, tenaz, paciente e audacioso esforço de organização é uma das condições essenciais para a vitória.

TERCEIRA: UNIR NA LUTA, SEM DISCRIMINAÇÕES POLÍTICAS, TODOS OS PORTUGUESES E PORTUGUESES DISPOSTOS A AGIR PARA POR FIM À DITADURA FASCISTA E À GUERRA COLONIAL, para que o povo português conquiste a liberdade, a democracia, a paz, a verdadeira independência nacional. UNIR NA LUTA COM OBJECTIVOS CONCRETOS IMEDIATOS todos quantos queiram participar nela.

As debilidades de organização política das forças antifascistas (com excepção do PCP) tornam muito complexa a realização prática da unidade antifascista com objectivos que excedem os objectivos imediatos, em relação aos quais existem ou se podem formar estruturas maleáveis legais ou semi-legais de carácter unitário. Para que o movimento antifascista possa avançar na sua perspectiva revolucionária, é urgente superar esta dificuldade. A cooperação regular e responsável entre os vários sectores políticos numa base bilateral e multilateral é complemento indispensável das formas de cooperação legais e semi-legais estabelecidas numa base unitária sem explicitação dos sectores políticos dos participantes.

20. Perspectivas

Não é possível resolver todos os grandes problemas nacionais sem resolver os dois problemas centrais da situação política actual: a inexistência das liberdades mais elementares e a guerra colonial.

Segundo o Programa do PCP, os objectivos fundamentais na actual etapa da revolução são a destruição do Estado fascista e a instauração dum regime democrático; a liquidação dos monopólios e o desenvolvimento económico geral; a reforma agrária, entregando a terra a quem a trabalha; a elevação do nível de vida das classes trabalhadoras e do povo em geral; a democratização da instrução e da cultura; a libertação de Portugal do imperialismo; o reconhecimento aos povos das colónias portuguesas do direito à imediata independência; e uma política de paz e amizade com todos os povos.

Indicando ao povo português estes objectivos, o PCP salienta que a conquista das liberdades democráticas e o fim da guerra colonial são os primeiros grandes passos para abrir a Portugal o caminho da democracia, da independência, do progresso social e do socialismo.

O prosseguimento da ditadura fascista e da guerra colonial, a obstinação das classes dirigentes em negar ao povo português as mais elementares liberdades e em responder com a repressão às justas reclamações populares, o propósito declarado de proclamar o «estado de sítio» e lançar uma onda de terror no dia em que sinta a sua existência ameaçada pela luta revolucionária, conduzirão inevitavelmente à agudização dos conflitos de classes e a um confronto violento das forças democráticas e populares contra o governo fascista. O governo não deixa ao povo português outra saída que não seja a insurreição popular. As forças antifascistas têm de trabalhar corajosamente com essa perspectiva.

A par do desenvolvimento da luta popular por objectivos imediatos, do aproveitamento de todas as possibilidades de acção e de organização legais e semi-legais, de um amplo trabalho de massas, ganham particularmente importância o reforço das formas clandestinas e revolucionárias de acção e de organização, o aprofundamento do trabalho nas forças armadas e noutros sectores do aparelho do Estado, a organização dum exército político consciente e aguerrido, estreitamente ligado às massas e ganhando o seu apoio, capaz de empreender os combates decisivos.